

Recuperação da atividade não foi suficiente para repor perdas com greve, diz CNI

Atividade industrial de junho mostra uma recuperação, mas ainda não suficiente para repor as perdas com a greve dos caminhoneiros, prejudicando o resultado do trimestre para a indústria. A avaliação consta do Fato Econômico, elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). A recuperação não levou a indústria para o ponto onde estava antes da paralisação. A entidade avalia que as incertezas sobre as eleições e a tabela do frete prejudicam a retomada da atividade. "É preciso ter cautela

com os dados que mostram a recuperação de junho. Na verdade, não há motivos para comemorações", afirma o gerente-executivo de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco.

O Fato Econômico mostra que, em comparação com abril, mês anterior à greve dos caminhoneiros, a maioria dos indicadores da indústria em junho são negativos.

Na série com ajuste sazonal, o emprego teve queda de 0,3%, as horas trabalhadas na produção caíram 0,5%, a massa salarial recuou 1,8%, o rendimento médio do traba-

lhador diminuiu 2%. O nível de utilização da capacidade instalada caiu 1,4 ponto porcentual. Os Indicadores Industriais mostram que, nesta base de comparação, só o faturamento aumentou 5,4%. Apesar disso, a indústria teve o segundo trimestre do ano pior do que os primeiros três meses do ano.

Os dados de desempenho da indústria confirmam, segundo a CNI, que a greve dos caminhoneiros agravou o quadro de incertezas que já vinha dificultando o aumento do ritmo de expansão da atividade. "Hoje, além da insegurança sobre o



A indústria teve o segundo trimestre do ano pior do que os primeiros três meses do ano.

quadro eleitoral, há incertezas sobre as medidas adotadas para resolver a paralisação dos transportes. Ainda não há

uma solução jurídica para o tabelamento mínimo dos fretes", afirma Castelo Branco. A CNI já revisou a previsão de desem-

penho do PIB industrial, que deverá crescer 1,8%, ante os 3% previstos no início de 2018 (AE).

Moraes pede vista em sessão sobre legalidade de sacrifício de animais

O STF começou a julgar ontem (9) a constitucionalidade do sacrifício de animais na realização de cultos de religiões de matrizes africanas. A decisão poderá garantir a todas as religiões que adotam práticas de sacrifício de animais o livre exercício dos rituais. Na sessão da tarde de ontem, somente o relator, ministro Marco Aurélio, e Edson Fachin proferiram seus votos pela constitucionalidade da prática. Após os votos, Alexandre de Moraes pediu vista do processo.

O caso chegou ao Supremo por meio de um recurso do MP-RS contra uma decisão do judiciário local que definiu que o sacrifício dos animais não viola o Código Estadual de Proteção aos animais. E que os rituais de sacrifício nas religiões africanas não são inconstitucionais, "desde que sem excessos ou crueldade". Ao votar sobre a questão, o relator do caso, ministro Marco Aurélio,



Praticantes de religiões de matriz africana aguardam o início do julgamento no STF.

disse que Constituição protege a liberdade religiosa e os rituais de culto. Para ele, o sacrifício de animais deve valer para todas as religiões, não somente para as de origem africana.

A representante da Federação Afro-Umbandista do Rio Grande do Sul, Tatiane Nunes, defendeu a liberdade de culto e disse que as religiões de matriz africana são alvo de preconcei-

tos, que abrem caminho para a intolerância religiosa. O advogado Francisco Carlos, representante do Fórum Nacional de Proteção de Defesa Animal, sustentou que nenhum dogma pode se legitimar pela crueldade. Ele citou várias situações em que ativistas atuaram para evitar doações de gatos para evitar maus-tratos em rituais religiosos (ABr).

Decreto visa facilitar o bloqueio de 151 mil Benefícios pagos irregularmente

Brasília - O decreto editado ontem (9), pelo presidente da República, Michel Temer, facilitará o bloqueio e o cancelamento de 151 mil Benefícios de Prestação Continuada (BPC) pagos hoje irregularmente e que custam ao governo R\$ 150 milhões por mês. As irregularidades foram identificadas por um grupo de trabalho composto por ministérios como o do Planejamento e do Desenvolvimento Social.

O grupo cruzou várias bases de dados e constatou que os benefícios estavam sendo pagos a beneficiários com renda maior do que a permitida, que é de R\$ 238,5 por mês. O BPC, no valor de um salário mínimo mensal, é concedido pelo INSS a pessoas com deficiência e idosos com 65 anos ou mais que comprovem não ter meios nem familiares que possam prover



O pente-fino que o governo tem feito em benefícios do INSS identificou inconsistências nos pagamentos do BPC.

sua manutenção. O programa custa cerca de R\$ 50 bilhões por ano aos cofres públicos.

A edição de um decreto mudando regras para o bloqueio foi feita a pedido do grupo de trabalho porque hoje o proces-

so é considerado muito lento. Mesmo depois de identificada uma fraude, o governo leva cerca de um ano para cancelar o pagamento do benefício. Ainda assim, como o decreto deu 120 dias para regulamentação, o bloqueio do pagamento dos 151 mil benefícios com problemas já identificados só começará a ser feito a partir de 2019.

Quando a regra estiver em vigor, novos benefícios irregulares poderão ser bloqueados imediatamente, sem emissão de carta com aviso de recebimento. Em um primeiro momento, os valores serão pagos, mas, quando o beneficiário for sacar, receberá um aviso de que o saque está bloqueado e instrução para ligar no 135. Se apresentar informações suficientes, o saque será desbloqueado no mesmo momento (AE).

Lewandowski alega que juízes 'recuperaram' milhões

O ministro Ricardo Lewandowski, do STF, rebateu ontem (9) a repercussão negativa da proposta de reajuste de 16,38% para os salários de ministros da Corte. Ao ser questionado sobre o impacto fiscal do aumento, ele respondeu que as execuções fiscais determinadas por juízes recuperam milhões aos cofres públicos. Com o reajuste, o salário dos ministros da Corte pode passar de R\$ 33,7 mil para mais de R\$ 39 mil, caso o aumento venha a ser confirmado em votação no Congresso.

Isso pode gerar um impacto de até R\$ 4 bilhões aos cofres públicos, devido ao chamado efeito cascata, uma vez que o salário de ministros do Supremo serve de teto para todo o funcionalismo público. Somente no Poder Judiciário, a estimativa de impacto é de R\$ 717 milhões. Confrontado com os números, Lewandowski lembrou o anúncio feito pelo Ministério Público de que recuperou R\$ 1 bilhão para a Petrobras por meio de acordos de delação premiada no âmbito da Operação Lava Jato.

"Portanto, só essa devolução já representou uma quantia muito maior do que aquela que



Ministro Ricardo Lewandowski, do STF.

será remanejada no orçamento do Poder Judiciário, isso sem falar nos milhões e milhões que os juízes federais e estaduais recuperam aos cofres públicos em execuções fiscais", disse.

Lewandowski foi um dos que votaram a favor do reajuste, juntamente com os ministros Dias Toffoli; Luiz Fux; Luiz Roberto Barroso; Gilmar Mendes; Marco Aurélio Mello e Alexandre de Moraes. Moraes também justificou seu voto. "Agora o Congresso analisa, vai cruzar os dados. O que a gente não podia era, mais um ano, subtrair do Congresso essa apreciação", disse o ministro (ABr).

Governo aumentou investimentos em segurança pública

Os investimentos do governo federal em segurança pública chegaram a R\$ 9,7 bilhões, em 2017. Os dados constam do 12º Anuário de Segurança Pública, que reúne informações sobre segurança e violência em todo o Brasil, e foram divulgados ontem (9) pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. No mesmo período, os governos estaduais investiram R\$ 69,8 bilhões; 0,2% a mais do que em 2016. Já os municípios reduziram em 2% os investimentos no setor, totalizando R\$ 5,1 bilhões ao longo do ano passado.

No total, o país investiu R\$ 84,7 bilhões em segurança, 0,8% a mais que em 2016. Em uma análise por habitante, os dados do anuário revelam que o investimento médio foi de R\$ 408,13 por pessoa, ante R\$ 407,79 investido em 2016. Segundo os dados, a participação desses gastos no total das despesas do país é de 2,5%, enquanto nos países membros da OCDE, esse percentual chega a 4,5%.

"Isso mostra um pouco a prioridade que tem sido dada ao financiamento das políticas de segurança pública no Brasil. Não é à toa que chegamos a um patamar de quase 64 mil assassinatos", disse a diretora executiva do Fórum, Samira Bueno (ABr).

Aumento de salário 'não é o melhor' para o Brasil

Ao comentar ontem (9) o resultado da votação da véspera (8), em que os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) aprovaram o aumento de seus próprios salários, a presidente da Corte, ministra Cármen Lúcia, disse não se envergonhar de ter sido vencida no tema, por estar convencida de que não era o melhor para o Brasil.

"Perco quase todo dia, ontem perdi, provavelmente hoje perco de novo em alguma votação. Mas eu não queria estar ao lado dos vencedores", disse a ministra, que votou para que os salários permanecessem em R\$ 33,7 mil por pelo menos mais um ano. O reajuste dos salários foi votado em sessão administrativa, quando foi aprovada a inclusão no orçamento do Poder Judiciário de 2019, a ser encaminhado ao Congresso, o aumento de 16% nos vencimentos dos ministros, que poderão chegar a R\$ 39 mil.

Votaram a favor do aumento os ministros Ricardo Lewandowski, Marco Aurélio, Luís Roberto Barroso, Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Luiz Fux e Alexandre de Moraes. Cármen Lúcia votou contra o reajuste, assim como os ministros Rosa Weber, Edson Fachin e Celso de Mello. "Os que venceram e como venceram não era o que eu queria mesmo, e continuo convencida de que não



Cármen Lúcia convenceu de que não era o melhor para o Brasil.

era o melhor para o Brasil", disse a presidente do STF.

"Às vezes lutamos muito, mas não ganhamos, mas o objetivo de lutar pelo Brasil e conviver com o diferente que muitas vezes vence faz parte da democracia", acrescentou. As declarações foram dadas durante um evento sobre os 30 anos da Constituição, em uma universidade particular de Brasília. Em sua fala, Cármen Lúcia fez um relato sobre a luta por direitos durante a ditadura militar, na qual houve sucessivas derrotas, mas que culminou com a vitória do atual texto constitucional (ABr).

Concessões de aeroportos 'foram prejudiciais' à aviação

São Paulo - As concessões de aeroportos à iniciativa privada no Brasil prejudicaram a aviação geral - que engloba todas as operações que não sejam regulares (de linhas aéreas) ou militares - e também a aviação executiva, um de seus principais braços, avaliou Flávio Pires, diretor-geral da Associação Brasileira de Aviação Geral (Abag).

A entidade que representa a aviação geral brasileira engrossa o coro da Associação Internacional de Transporte Aéreo (Iata, na sigla em inglês), que agrega cerca de 280 companhias aéreas e também tem feito críticas ao processo de privatização da infraestrutura aeroportuária em todo o mundo. Conforme um diagnóstico divulgado pela Iata em junho, as privatizações de aeroportos ao redor do mundo, inclusive no Brasil, encareceram os serviços aos usuários (aéreas e viajantes, os consumidores finais) e não trouxeram ganhos de eficiência substanciais.

A associação não se posiciona contra as privatizações em si, mas defende que os modelos atuais precisam ser repensados, já que, em sua avaliação, as vendas ou concessões de aeroportos têm servido principalmente para gerar caixa aos governos, e não para beneficiar o setor e a população (AE).

BOLSAS

O Ibovespa: -0,48% Pontos: 78.767,99 Máxima de +0,39% : 79.461 pontos Mínima de -1,26% : 78.156 pontos Volume: 10,33 bilhões Variação em 2018: 3,1% Variação no mês: -0,57% Dow Jones: -0,29% Pontos: 25.509,23 Nasdaq: +0,04% Pontos: 7.891,78 Ibovespa

Futuro: -0,1% Pontos: 78.780 Máxima (pontos): 79.470 Mínima (pontos): 78.110 Global 40 Cotação: 775,438 centavos de dólar Variação: -0,47%.

CÂMBIO

Dólar comercial no balcão Compra: R\$ 3,8007 Venda: R\$ 3,8017 Variação: +1% - Dólar Paralelo Compra: R\$ 3,88 Venda: R\$ 3,98 Variação: +0,93% - Dólar Ptax Compra: R\$ 3,8024 Venda: R\$ 3,8030 Variação: +1,36% - Dólar Turismo Compra: R\$ 3,7730 Venda: R\$ 3,9500 Variação: +1,02% - Dólar Futuro (setem-

bro) Cotação: R\$ 3,8100 Variação: +0,75% - Euro (as 17h35) Compra: US\$ 1,1531 Venda: US\$ 1,1532 Variação: -0,69% - Euro comercial Compra: R\$ 4,3820 Venda: R\$ 4,3840 Variação: +0,32% - Euro turismo Compra: R\$ 4,3370 Venda: R\$ 4,4530 Variação: +0,35%.

JUROS

CDB prefixado de 30 dias, 6,41% ao ano. - Capital de giro, 9,77% ao ano. - Hot money, 1,08% ao mês. - CDI, 6,39% ao ano. - Over a 6,40%.

OURO

Ouro Cotação: US\$ 1.215,10 a onça-troy (1 onça-troy equivale a 31,1035 gramas) Variação: -0,09% - Ouro BM&F (à vista) Cotação: 147,000 Variação: +0,07%.

"As dificuldades são o aço estrutural que entra na construção do caráter".

Carlos Drummond de Andrade (1902/1987)
Poeta brasileiro